



# Anais da Assembléia

Nº 06

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 1976.

ANO II

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Sqaes, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Wilson Fortes e Quielse Crisóstomo (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aguinaldo Pereira Lima, Aragão de Matos Leão, David Federmann, Domício Scaramella, Ivan Ruppel, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Luiz Alberto Oliveira e Werner Wanderer (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### MENSAGENS:

#### MENSAGEM 30/76

Curitiba, 26 de fevereiro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com os Municípios de CIANORTE, GUARANIAÇU e INDIANÓPOLIS, objetivando a construção de prédios destinados à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública nas sedes dos referidos Municípios. O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado.  
À Comissão de Constituição e Justiça

#### MENSAGEM 31/76.

Curitiba, 26 de fevereiro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins cons-

titucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 10 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de SANTA FÉ, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado.  
À Comissão de Constituição e Justiça

#### MENSAGEM 32/76

Curitiba, 26 de fevereiro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com os Municípios de JAPURÁ, ICARAIMA e FLÓRIDA, objetivando a construção de prédios destinados a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, nas sedes dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado  
À Comissão de Constituição e Justiça

#### MENSAGEM 33/76

Curitiba, 08 de março de 1976

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 10 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior com o Município de SÃO MATEUS DO SUL, objetivando a execução de melhorias no prédio do Ginásio Estadual "Duque de Caxias", da Sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado.  
À Comissão de Constituição e Justiça

#### MENSAGEM 34/76.

Curitiba, 08 de março de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 10 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da

Secretaria do Interior, com o Município de GUAIÁRA, objetivando a ampliação do prédio do Grupo Escolar "Almirante Tamandaré", da sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado  
À Comissão de Constituição e Justiça

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvido o plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. PEDRO PASSOS LEONI, ocorrido no dia cinco do corrente, na cidade da Lapa.

Requer outrossim, da aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1976.

a) LEOPOLDO JACOMEL

#### JUSTIFICATIVA:

O extinto nascido na Bahia, veio residir na Lapa, acerca de 55 anos, onde clinicou por mais de 40 anos. Foi ainda Prefeito Municipal daquela cidade, e pai do ex-Prefeito Sérgio Leoni. Deixa os seguintes filhos: Dr. Sérgio, César e Solange Leoni, e ainda 12 netos.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, requerem na forma regimental, a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. BERNARDO PACIORNIK, de tradicional família desta Capital, e do qual é filho o servidor desta Casa Zeno Paciornik, a quem, além da família enlutada, os signatários pedem se dê ciência da decisão do plenário.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1976.

a) JORGE SATO  
ACCIOLO NETO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer com a aprovação do plenário, seja consignado nesta Casa voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ GRANZOTTI, ocorrido no dia de ontem.

O passamento do Sr. José Granzotti deixa a comunidade de Santa Izabel do Ivaí, profundamente pesarosa, porque este cidadão sempre enobreceu e significou as iniciativas de proveito, público. Pioneiro, comerciante, grande incentivador dos esportes, trabalhador e exemplar pai de família, tudo fez para educar seus filhos, deixando longo círculo de amizades, grangeada através de sua simpatia, dinamismo e respeito ao próximo.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1976.

a) VALTER PIETRÂNGELO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja inserido na ata da presente sessão, um voto de regozijo pela passagem do primeiro aniversário de circulação do jornal "Panorama", propriedade da Editora Tibagi Ltda.

A fundação em Londrina do jornal "Panorama", indiscutivelmente, serviu para demonstrar a pujança de Londrina e transcorrido o primeiro ano de circulação desse importante órgão de imprensa, grande foi a contribuição por ela trazida em benefício da cidade e do Estado.

Procurando pautar por uma linha de independência e prestando serviços de alta relevância em benefício da comunidade, é justo que se faça este registro nos anais desta Casa.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1976.

a) DÁCIO LEONEL

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto plenário, requer um voto de louvor ao DD. Diretor da Companhia C.R. Almeida, Dr. Cecílio Rego Almeida, pela entrega do asfalto da BR-323, de Iporã a Francisco Alves, obra esta com 15 kms inaugurado no dia 04 de fevereiro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1976.

a) ERNESTO GNOATO.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja transcrito na ata da presente Sessão, artigo do jornal "Folha de São Paulo", sob o título "Arinos: confundir liberalismos só serve à Oposição", dando-se ciência ao ilustre ex-Chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, sobre quem o artigo faz referências.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1976.

a) NILSO SGUAREZI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, na qualidade de Líderes das bancadas do MDB e da ARENA nesta Casa, vem mui respeitosamente à presença de V. Exa., requerer se digne convocar uma reunião de todos os membros deste Poder para as 10:00 horas do próximo dia 11 de março, para tratar dos subsídios parlamentares.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1976.

a) IVO THOMAZONI – Líder da ARENA  
OSVALDO MACEDO – Líder do MDB

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde por imperativo de ordem médica, conforme atestado que anexo ao presente.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1976.

a) WILSON FORTES

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Tenho a grata satisfação de fazer a indicação dos Deputados da ARENA, conforme discriminação abaixo, para comporem as Comissões Permanentes desta Assembléia Legislativa:

# COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

MEMBROS EFETIVOS: Gilberto Carvalho, Accioly Neto, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Luiz Roberto Soares, Ivan Ruppel.

SUPLENTE: Jurandir Messias, Basílio Zanusso, Wilson Fortes, Jorge Sato, Werner Wanderer, Luiz Alberto Oliveira.

## COMISSÃO DE FINANÇAS:

MEMBROS EFETIVOS: Quielse Crisóstomo, Gilberto Carvalho, Aragão de Matos Leão, Gabriel Manoel.

SUPLENTE: Luiz Roberto Soares, Accioly Neto, David Federmann, Cioni Neto.

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO:

MEMBROS EFETIVOS: Fuad Nacli, Wilson Fortes, Jorge Sato, Egon Pudell.

SUPLENTE: Luiz Alberto de Oliveira, Ivan Ruppel, Lázaro Dumont, Rosário Pitelli.

## COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

MEMBROS EFETIVOS: Luiz Alberto de Oliveira, Alfredo Gulin, Lázaro Dumont.

SUPLENTE: Basílio Zanusso, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

## COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA:

MEMBROS EFETIVOS: Jurandir Mesaias, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

SUPLENTE: Gabriel Manoel, Egon Pudell, Gilberto Carvalho.

## COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E EMIGRAÇÃO:

MEMBROS EFETIVOS: Egon Pudell, Ivo Thomazoni, Cioni Neto.

SUPLENTE: Alfredo Gulin, David Federmann, Ivan Ruppel.

## COMISSÃO DE SAÚDE:

MEMBROS EFETIVOS: Quielse Crisóstomo, David Federmann, Aragão de Matos Leão.

SUPLENTE: Luiz Roberto Soares, Gabriel Manoel, Ezequias Losso.

## COMISSÃO DE TURISMO:

MEMBROS EFETIVOS: Wilson Fortes, Fabiano Braga Cortes, Jurandir Messias.

SUPLENTE: Quielse Crisóstomo, Werner Wanderer, Cioni Neto.

## COMISSÃO DE POLÍCIA:

MEMBROS EFETIVOS: Rosário Pitelli, Werner Wanderer, Cioni Neto.

SUPLENTE: Wilson Fortes, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso.

## COMISSÃO DE REDAÇÃO:

MEMBROS EFETIVOS: Basílio Zanusso, Francisco Escorsin, Luiz Alberto de Oliveira.

SUPLENTE: Wilson Fortes, Cioni Neto, David Federmann.

## COMISSÃO DE TRAMADA DE CONTAS:

MEMBROS EFETIVOS: Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Basílio Zanusso.

SUPLENTE: Werner Wanderer, Aragão de Matos Leão, Ivan Ruppel.

## COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

MEMBROS EFETIVOS: Alfredo Gulin, David Federmann, Fuad Nacli.

SUPLENTE: Egon Pudell, Jorge Sato, Francisco Escorsin.

## COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS:

MEMBROS EFETIVOS: Jurandir Messias, Gabriel Manoel, Fabiano Braga Cortes.

SUPLENTE: Dácio Leonel, Luiz Alberto de Oliveira, Accioly Neto.

## COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE:

MEMBROS EFETIVOS: Ezequias Losso, Quielse Crisóstomo, Fabiano Braga Cortes.

SUPLENTE: Luiz Roberto Soares, Cioni Neto, Aragão de Matos Leão.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1976.

a) IVO THOMAZONI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário das Finanças, no sentido de ser estudada a viabilidade de reformulação do critério para cobrança de honorários advocatícios, nas "composições" fisco-contribuinte, que atendendo ao montante do débito, possa ser estabelecido em percentual inferior ao mínimo previsto no Código de Processo Civil (artigo 20, parágrafo 3º).

Funda-se a sugestão em que "composição" quer dizer "transação", "acordo", o que é livre entre as partes e, aqui, a verba advocatícia pode até ser dispensada, cumprindo ao magistrado apenas homologar para que esse acordo produza os seus jurídicos e legais efeitos.

De outro lado, para se ver que não há outras implicações, basta que se lei o artigo 1025 do Código Civil, que diz:

"É lícito aos interessados prevenirem, ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas".

Finalmente, que a presente reiteração de sugestão, tem seu fundamento em que, ou não leu aquela Autoridade fazendária o expediente de 27 de dezembro de 1975, que foi objeto de sua resposta de 20 de janeiro de 1976, em que se mencionou, tão somente honorários advocatícios, ou então, por outro lado, desconhece inteiramente regras de direito civil e processual.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1976.

a) LINEU TURRA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental e ouvido o plenário, requer a V. Exa. seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes e Diretor do DNER., no sentido de que, nesta oportunidade em que estão reiniciando os trabalhos para conclusão da BR-369 no trecho compreendendo a cidade de Corbélia - Cascavel, seja construído um viaduto ligando com o trevo de entroncamento na entrada da cidade de Corbélia, onde dá saída comum às localidades de Braganey, Sarábia, Iguatu, Longuinópolis e Anahy.

A providência ora solicitada é de importância fundamental para a normalidade do trânsito neste local, dada a sua intensidade, tanto pela própria rodovia como pelos que necessitam transpô-la das citadas localidades à cidade e vice-versa, o que, sem cuja obra não o fariam sem grandes dificuldades e riscos.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1976.

a) LINEU TURRA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental requer a V. Exa. que após manifestação do plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, para providências no sentido de ser construído o trevo na BR-277, onde Irati e São João do Triunfo tem acesso comum à cidade de Palmeira.

É que, a precariedade da estrada, intensamente movimentada, não só pelo fato do uso por aqueles que demandam da região Sul do Estado, como ainda, pelos inúmeros colonos do interior do município, tem sido causa de muitos acidentes e desse modo, não só para segurança das pessoas, mas também para normalidade do trânsito, a providência é indispensável e já agora que está em fase de conclusão e parte Irati-Relógio, quando o trânsito, então, será mais intenso.

Finalmente, cumpre acrescentar que o DER desde há muito está com os processos de desapropriação encaminhados e pendentes de uma definitiva solução.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1976.

a) LINEU TURRA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário, seja registrado nos Anais desta Casa o Editorial publicado no jornal "Gazeta do Povo", do dia 24 de fevereiro do corrente ano, sob o título "TRATAMENTO DIVERSO A FUNCIONÁRIOS", enviando-se cópia do presente requerimento ao Exmo. Sr. Dr. JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado, ao Exmo. Sr. Dr. Henrique Nogueira Dorfmund, DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, ao Exmo. Sr. Dr. Jorge Andriquetto, DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Alçada, ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Renato Pedroso, DD. Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, ao Exmo. Sr. Dr. Guilherme Albuquerque Maranhão, DD. Procurador Geral da Justiça e ao Exmo. Sr. Francisco da Cunha Pereira Filho, DD. Diretor da "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 05 de março de 1976.

a) FIDELCINO TOLENTINO

### JUSTIFICATIVA:

O Editorial publicado no dia 24 de fevereiro pela "Gazeta do Povo", sob o título "Tratamento Diverso a Funcionários" abordou com propriedade, e no momento mais oportuno, as recentes medidas tomadas pelo Governo Federal em favor do funcionalismo e das novas perspectivas que o Estado do que Paraná, dentro de sua programação já em execução na área de administração e pessoal, venha equacionar, com a melhor boa vontade, como sugere aquele prestigioso jornal, parte dos sérios problemas que ainda persistem.

O mais premente deles, como bem se focalizou, é a parca remuneração dada aos quadros da Magistratura e do Ministério Público, órgãos integrados pela nobre e responsável classe de bacharéis do mais elevado grau de cultura jurídica, aos quais cabe a exaustiva e sempre contínua tarefa de manter acesa a chama da Justiça.

O Poder Judiciário, por si só, é símbolo de segurança.

Povo sem segurança é povo enfraquecido.

Todavia, para que os responsáveis pela aplicação da Lei possa trabalhar com independência e tranquilidade, é necessário que, desde os primeiros degraus de suas carreiras, tenham estabilidade econômica, pois, a missão de suas vidas será procurar DAR A CADA UM O QUE É SEU, enaltecendo, dia a dia, os

princípios básicos que levam o homem a confiar inteiramente na JUSTIÇA.

Essa estabilidade e independência econômica é reconhecidamente essencial para que a prática desse alto mister possa ser desenvolvida da maneira como foi preconizada pela administração e como foi concebida pelos dignificantes ideais daqueles que resolveram abraçar esse consagrado sacerdócio.

Trouxe-nos, o editorial, para efeito de compração, de dois estados de menor expressão econômica que o Paraná, perto dos quais nossa Magistratura estaria percebendo remuneração em índices sensivelmente menores. Àqueles Estados, cujos códigos de Organização e Divisão Judiciárias já trazem nos seus bojos parte do sistema de pagamento de vantagens aos integrantes da Magistratura, podemos acrescentar vários outros, citando, por exemplo, o Estado de São Paulo, onde Leis especiais fazem com que as vantagens de atividade e de nível universitário, de adicionais por quinquênios e outras, concedidas em bases compensadoras, cheguem a superar por várias vezes os próprios vencimentos básicos dos cargos.

Dentro dos novos conceitos emanados da administração federal, e a seu exemplo, devemos partir para uma justa fixação dos vencimentos e não somente para a ampliação de vantagens como se tem feito, as quais, muitas vezes não atingem os inativos, deixando de premiar aqueles que já deram tudo de si, e nos tempos mais árduos, pela Justiça de nosso Estado.

Aliás, parece-nos oportuno lembrar, neste momento, do art. 67 da Constituição Estadual, de 12 de julho de 1957, que estabelecia o seguinte:

"Os vencimentos dos desembargadores serão fixados em quantia não inferior à que recebem, a qualquer título, os Secretários de Estado".

Nada há de novidade, portanto, no fato da administração reconhecer o relevante papel que cabe ao Poder Judiciário dentro da vida comunitária do Estado e procurar recompensar o trabalho de seus componentes da melhor maneira, dentro de suas reais possibilidades.

E o importante, é que, felizmente, o Estado do Paraná tem e está em condições de oferecer à magistratura e aos membros do Ministério Público uma remuneração condigna. Com isso, o Paraná estará se auto-beneficiando, pois, havendo melhor remuneração haverá procura por parte de novos valores, antes se desinteressados de entrar na carreira e que haviam optado pela iniciativa privada, quer como liberais, quer como mestres de renomadas escolas.

Tudo isso virá fortalecer nosso Estado.

Partindo para a solução imediata desse problema, estaremos dando um exemplo de como devem agir os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para que se possa alcançar a verdadeira harmonia e independência sempre renovadas nos textos de nossas Cartas Magnas.

### PROJETO DE LEI:

#### PROJETO DE LEI Nº 08/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Os servidores públicos civis do Estado, ao completarem 5 (cinco) anos de efetivo exercício, terão direito a computar, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço prestado em atividades vinculadas ao regime da Lei Federal número 3807, de 26 de agosto de 1960, e legislação subsequente.

Art. 2º — Para os fins desta Lei, a contagem do tempo de atividade a que alude o artigo anterior, será feita de acordo com a legislação pertinente, observadas as seguintes normas:

I — é vedada a acumulação de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

II — não será contado por um sistema o tempo de serviço

que já tenha servido de base para concessão de aposentadoria pelo outro sistema;

III — o tempo de serviço relativo à filiação dos segurados de que trata o Art. 5º, item III, da Lei Federal número 3807, de 26 de agosto de 1960, bem como o dos segurados facultativos, dos domésticos e dos trabalhadores autônomos, será contado quando tiver havido recolhimento, nas épocas próprias, da contribuição previdenciária correspondente aos períodos de atividade.

Art. 3º — As disposições da presente lei aplicam-se aos magistrados.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1976.

a) MAURÍCIO FRUET.

#### JUSTIFICATIVA:

Lei Federal estabeleceu, há alguns meses, para os funcionários da União, a reciprocidade na contagem de tempo de serviço público e de atividade na empresa privada, para efeito de aposentadoria.

Medida das mais justas e louváveis, porque não era justo discriminar, na apuração de tempo para aposentadoria, os períodos trabalhados no serviço público ou na atividade empresarial.

Infelizmente, dispositivo dessa Lei que permitira a extensão do mesmo benefício aos funcionários públicos estaduais e municipais, foi vetado pelo Senhor Presidente da República, sob o fundamento de que feriria a autonomia dos Estados e dos municípios, com o que, aliás, não concordamos, facultando-se a sua utilização ou não pelos entes públicos interessados.

Diversos Estados da Federação, porém, vêm cogitando de mandar computar, ainda que unilateralmente, em favor dos seus servidores, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço prestado sob o regime de Lei da Previdência Social.

A todos se antecipou o Estado do Ceará, com a Lei 9965, de 10 de novembro de 1975, merecendo, por isso, o aplauso incondicional dos servidores públicos estaduais e municipais de todo o Brasil, os quais, inclusive, na cidade de Recife, no dia 25 de janeiro último, prestaram, por intermédio do Conselho de Representantes da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, expressiva homenagem ao Governador cearense, autor da iniciativa.

Com o presente plano de lei, que temos a honra de submeter à consideração dos nossos ilustres pares, pretende-se colocar o Estado do Paraná, por igual, na vanguarda dos que desejam dar aos funcionários públicos estaduais o mesmo tratamento dispensado aos federais.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Ausente).

O SR. PRESIDENTE — Não se encontrando o Sr. Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, segundo orador inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, li, com surpresa, uma nota, no jornal a GAZETA DO POVO. Não sei qual sua procedência, mas como conheço bem este conceituado jornal, queria fazer um apelo para que ela fosse ratificada, a divulgação feita com referência a um município que representando, ou seja, a cidade de Jandaia do Sul.

Lemos, com referência ao candidato, naquela região, "o candidato, natural da ARENA, à sucessão, em Jandaia do Sul, Vereador Antonio Costenaro, foi totalmente queimado pelas injunções políticas comandadas pelo Prefeito João Pagliarini, das lideranças tradicionais locais".

Depois, ao final, faz um comentário, de que, "O Vereador Antonio Costenaro ainda tentará, em Curitiba, obter uma sublegenda direta com o Diretório Regional, mas encontrará dificuldades, por ter contra sua candidatura, a ação do deputado estadual Gilberto Carvalho, "comandante público" do município".

Quero esclarecer que o Vereador Antonio Costenaro é meu companheiro de linha de frente, sempre esteve ao meu lado e comandava a minha última campanha, naquele município. Na realidade, nós estamos procurando é o interesse do município e tudo estamos fazendo para que saia, Antonio Costenaro, como Vice-Prefeito de Martins Camacho, candidato natural naquela cidade. Mas, se nenhum entendimento houver, nós teremos imenso prazer em conceder a sublegenda a este Vereador, que é um Vereador combativo, morador antigo daquele município e nosso companheiro, não havendo motivo portanto, para que procurássemos barrar esta candidatura, de Antonio Costenaro.

Por esta razão, deixo aqui um apelo, para que seja retificada esta nota.

Quero, aproveitando, a oportunidade, dado os poucos minutos que restam, fazer um comentário sobre o tão falado Decreto 1495:

Conhecemos muito bem a intenção de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, qual seja, a de valorizar a classe do magistério, procurando dar-lhe condições, aos Srs. Professores, de melhores vencimentos e estabilidade. Claro que, talvez existam algumas falhas, falhas essas que já a nossa bancada, da ARENA vem procurando corrigir, junto ao Governo do Estado, como por exemplo, já fez um apelo junto ao Governo, para garantir a estabilidade dos professores, hoje aprovada por talvez toda a nossa bancada. São apelos que serão levados ao Governo do Estado pela nossa liderança, e não poderemos negar este trabalho de vulto que vem desenvolvendo o Governo do Estado, em todos os setores, no setor de comunicação, no setor de estradas, em todos os municípios por onde viajamos, em todas as regiões do Paraná movimenta-se alguma coisa, há alguma realização do Governo, alguma obra de vulto, pontes, estradas, enfim, as estradas vicinais; e o atendimento à nossa agricultura que, quando precisou do apoio do Governo em entendimentos junto ao Governo Federal, estiveram presentes, a darem o seu apoio, apoio este que está hoje sendo correspondido pela nossa agricultura, que, trará ao Paraná, hoje, uma das suas maiores produções.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, terceiro orador inscrito.

— (Assume a Presidência o Sr. Deputado Del Ciel).

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos trazem-me à tribuna.

O primeiro deles, Sr. Presidente, é para informar à Casa que durante o recesso nos inúmeros contatos que a liderança manteve com o Sr. Secretário de Educação e Cultura, Professor Francisco Borsari Netto, e com o Secretário de Recursos Humanos, Gastão de Abreu Pires, ambos manifestaram, Sr. Presidente, o desejo de comparecerem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para, a nível de reunião das duas bancadas, posicionarem aquelas Pastas, face à aplicação e às consequências da aplicação do Decreto 1495.

Isso posto, Sr. Presidente, e considerando que a aplicação deste decreto, tem originado junto aos Srs. Parlamentares das duas bancadas, pontos de vistas divergentes quanto à sua oportunidade.

Solicito a V. Exa. Sr. Presidente, que gestione junto com S. Exa. Dr. Gastão de Abreu Pires e Professor Francisco Borsari Netto, no sentido de se designar data e local para a vinda desses ilustres Secretários de Estado.

Oportunidade, em que esta Casa poderá ser esclarecida, convenientemente, de como se está processando a aplicação do

decreto que dá normas à distribuição de aulas suplementares no primeiro e segundo graus.

Outro assunto, que me traz à tribuna, Sr. Presidente, e pretendia fazê-lo na sessão de ontem, é para contestar afirmações de empreiteiras paulistas que se revoltaram contra a disposição da Secretarias dos Transportes, em, segundo eles, facilitaram seus editais de concorrência pública para a realização de serviços no setor rodoviário, às empreiteiras paranaenses.

E desejo com satisfação registrar a contestação, feita e publicada nos jornais de hoje, do Sr. Osires S. Guimarães, titular da Secretaria de Transportes, e S. Exa. interpretando o pensamento paranista dos brasileiros que vivem neste Estado, foi muito feliz por considerar que as exigências feitas por esta Pasta paranaense, em nada difere das exigências feitas pela Secretaria dos Transportes do Estado Paulista, que também procura beneficiar as suas firmas empreiteiras.

E nesta Casa, quantas vezes, as duas bancadas reclamaram alto e bom som, contra medidas discriminatórias partidas de órgãos, principalmente do Governo Federal, que ao licitar obras em território paranaense, exigem na própria qualificação, condições que as firmas paranaenses não dispõem.

E por não disporem daquelas condições, absurdas, na maioria das vezes, são alijadas do processo de licitação de determinadas obras, como ocorreu nas obras da Usina de Itaipu. A posição do Governo do Estado do Paraná nas licitações das obras rodoviárias em que solicita, em que se exige que as empreiteiras terão que possuir registro de firma no Paraná até 30-12-74, e, como segunda exigência, que será dada prioridade às firmas com tradição de serviços realizados para o DER e DNER do Paraná, nada mais significa do que prestigiar aqueles que escolheram o Paraná como sede de seus negócios, proporcionando emprego para a gente brasileira que mora no Paraná e aplicando aqui o resultado do seu trabalho e de seu serviço, no desenvolvimento de nosso Estado.

E queriam, as empreiteiras de São Paulo, que o Governo do Paraná dissesse, na nota esclarecedora, o que se está fazendo em termos de rodovias em nosso Estado, no Governo de Jayme Canet Junior.

E seu interesse foi despertado para as licitações abertas pelos editais do Paraná, porque só neste ano a Secretaria de Transportes tem que realizar 500 km de pavimentação; 1200 km de obras de implantação básica; 500 km de novas estradas; 1000 km de obras por administração contratada; 3000 m de pontes, mais de 70 pontes importantes no Paraná, e 500 de pavimentação econômica.

Esta gama de obras no setor rodoviário a serem realizadas na administração Jayme Canet Júnior, despertou o interesse das grandes empreiteiras nacionais, aquela que na maioria das vezes afogam os interesses das empresas paranaenses.

O meu propósito é o de cumprimentar o Governo do Estado, através do Secretário Osires S. Guimarães, por adotar medidas que visam facilitar aos paranaenses a entrega de obras aqui licitadas. — (Sem revisão do orador).

— (Reassume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero primeiramente trazer a minha saudação aos eminentes Parlamentares depois deste recesso, ao mesmo tempo em que invoco o testemunho do trabalho que é tradicional nesta Casa, no sentido de que os esforços, o trabalho conjugado e o pensamento voltado para a grandeza de nosso Estado, prevaleçam nas discussões e nos debates em todas as matérias que vierem aqui a serem apreciadas nesta atual legislatura neste ano.

Desta forma louvo a notícia trazida pela liderança da

ARENA, no sentido de que o empresariado paranaense será objeto de consideração nas concorrências e na execução de projetos que serão levados a efeito pelo Governo do Estado do Paraná neste Estado.

Esta tese nós defendíamos no início desta Legislatura e lamentávamos a omissão do Governo do Estado na questão da empreitada da maior usina que a humanidade irá conhecer, nestes últimos anos.

Desgastando o empresário paranaense, a Usina Itaipu convocou o empresariado nacional, mas pelas características, apenas granjeou para as diretorias de empresas sediadas em outros Estados.

E é por esta razão que o Governo do Paraná, nos parece, vem reparar uma omissão de tantos que o antecederam e dele mesmo que estava na iminência de assumir o Executivo do Estado.

Esperamos, por outro lado, que S. Exa. contemple o Oeste do Paraná, para, realmente, embrenhar nesta filosofia integral, ou de integração do Estado, através do Sudoeste, Oeste e Noroeste, como corolário de outras estradas que, a exemplo de outros governos, se fizeram neste Estado, onde nem eram tão necessário.

Por esta razão, convindo a liderança da ARENA também, a buscar solução para a tão decantada estrada de integração: Sudoeste-Oeste-Noroeste, do Paraná.

No plano federal, com referência à minha região, o Oeste, sabe-se e aqui se apregoou, pela nossa voz e de outros eminentes Parlamentares, que, ali no Oeste do Paraná, se encontra a maior potencialidade da agricultura da menta, do hortelã, do óleo de hortelã, da menta cristalizada, em última análise.

Sabe-se que mais de 60 por cento da produção mundial é extraída em nossa região.

E sabe-se, por outro lado, que, a despeito de tantos pronunciamentos, reivindicações e apelos, sobretudo da bancada situacionista no Congresso Nacional, o Governo Federal fixou em 83 cruzeiros e 50 centavos, o quilo da menta, do óleo de hortelã, mais especificamente.

Lamentavelmente, numa atitude de desrespeito, a uma determinação do Governo Federal, que nos põe em dúvidas inclusive, a própria rentabilidade, com relação ao comércio das multinacionais, vêm operando essas multinacionais e impingindo o preço de 65 cruzeiros o quilo do óleo de hortelã, numa afronta pública e notória, desafiando a própria autoridade do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que está esgotado o tempo concedido a V. Exa. No entanto, concede-lhe mais um minuto para o término de sua oração.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço à Presidência, e já concluirei.

Por outro lado, se propaga que as cooperativas, sobretudo do Sudoeste Paranaense estariam agrupadas, inclusive por iniciativa do Sr. Secretário da Agricultura do Paraná. Essas mesmas cooperativas que, no fundo têm cunho político, e dentro em breve trarei provas do que estou dizendo, neste Parlamento e nesta tribuna, também desobedecem um preço fixado pelo Governo Federal.

Nunca se ouviu falar que óleo de hortelã tem impurezas causando com isso, preços variáveis, no máximo de 73 cruzeiros o quilo de óleo de hortelã também.

Daí nossa dúvida: as cooperativas operam em conluio ou operam no mercado paranaense com as multinacionais empregando a agricultura paranaense, e sobretudo daqueles que laboram as terras para implantação desse tipo de agricultura, que é a menta.

Deixo aqui este apelo ao Sr. Secretário e às autoridades para que providenciem e tomem as medidas adequadas para valorizar e estabeleçam um preço mínimo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado

Nelson Buffara, quinto orador inscrito.

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, sexto orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta oportunidade, vimos à tribuna para, em nome de 18 Srs. Deputados do MDB, apresentar um requerimento de convocação dos Srs. Secretários de Educação e Cultura e Recursos e Humanos.

Conforme divulgou a imprensa, em data de ontem pretendíamos sugerir tal medida à bancada do meu Partido, e tão só não foi possível, face a lamentável acontecimento que tirou de nosso convívio o ex-Deputado Federal Miguel Buffara.

Srs. Deputados, o MDB foi até certo ponto criticado como omissor, nas manifestações que disseram respeito ao Decreto nº 1495. Seguindo a orientação que vem desde a cúpula nacional, também nesta Assembléia está o MDB disposto a não usar as crises eventuais do governo, para se valorizar. E foi por isso, Srs. Deputados, que o nosso Partido procurou e está procurando, de cabeça fria, passar e repassar problema de tal envergadura. Sabemos das centenas e milhares de professores sem aulas. Sabemos da preocupação do governo de encontrar solução para a educação. Como Relatores que somos, de parte do Estatuto do Magistério, tivemos a oportunidade de ver a incongruência de uns e outros, pois, enquanto o Secretário afirma que no futuro os professores deverão ser profissionais e que não haverá aulas suplementares de outra parte na mensagem que o Sr. Governador remeteu a esta Casa com o anteprojeto do Estatuto do Magistério, já se antevê, a forma de se explorar o professor paranaense, com as aulas suplementares.

Se de um lado prevê que o professor precisa dar 44 aulas para ter um bom salário, de outro, lado anexo 1 A do Estatuto do Magistério, prevê apenas 22. Já antevemos no próprio projeto de lei do Estatuto do Magistério, a continuidade da atual situação. Ouvimos, com muita satisfação, o líder do Governo pedir, fazer um apêlo à Mesa no sentido de que fossem convidados os Srs. Secretários de Recursos Humanos e de Educação para comparecerem a esta Casa.

Temos em mãos requerimento neste sentido e face a notícia dada pelo Sr. Líder do Governo é que, nesta oportunidade, ao apresentarmos este requerimento fazemos um apêlo para que a bancada da ARENA o apoie para termos aqui os Srs. Secretários para, numa maneira franca e num diálogo franco, sabermos com que está a razão e procurarmos, também, participar do processo paranaense do qual, tantas vezes, o legislador está alijado.

O requerimento é o seguinte: (lê):

“Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais (Art. 92 do Regimento Interno) requerem, após ouvido Plenário, a convocação dos Exmos. Srs. Secretários de Estado da Educação e da Cultura e dos Recursos Humanos Sr. Francisco Borsari Netto e Sr. Gastão de Abreu Pires, respectivamente, para prestarem informações sobre o Decreto Lei nº 1.495 de 16 de janeiro de 1976, bem como, de suas implicações junto ao Magistério Paranaense.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1976.

aa) TRAJANO BASTOS  
DENI SCHWARTZ

NILSO SGUAREZI

OTÁSSIO PEREIRA

DEL CIEL

FIDELCINO TOLENTINO

ERNESTO GNOATO

LINEU TURRA

LÚCIO MACHADO

WALDENÍCIO BARBALHO

OSVALDO MACEDO

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

EDILSON ALENCAR

ADALBERTO DAROS

FRANCISCO ESCORSIN

JORGE SATO

FABIANO BRAGA CÔRTEZ

HÉLIO MANFRINATO

ERNESTO DAL'OGGIO

JUSTIFICATIVA:

1 — O Magistério paranaense foi surpreendido, no início do ano letivo com as determinações contidas no Decreto nº 1495 de 16 de janeiro de 1976.

2 — Pelas manifestações dos órgãos representantes da classe, observa-se nítida divergência de opiniões a respeito dos fins a que se propõe o referido diploma;

3 — A imprensa e os órgãos da classe tem divulgado sobre a existência de problemas sociais advindos do desemprego, que teria sido causado pela sua aplicação o que, por si só, já justificaria o presente pedido;

4 — Por envolver interesses dos mais complexos, se medidas adotadas no campo da Educação devem merecer a melhor das atenções por parte do legislador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é o teor do requerimento, com dezoito assinaturas, que passamos às mãos da nobre Mesa Diretora dos trabalhos, sem antes apelar a todos os Srs. Deputados que ofereçam seu apoio e o seu voto favorável a este requerimento, pois acreditamos que o Movimento Democrático Brasileiro está procurando ajudar a educação de nosso Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, sétimo orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante o recesso parlamentar a Nação assistiu, mais uma vez, serem cortadas as cabeças de homens detentores de mandatos legislativos com a aplicação do Ato Institucional n.5. O episódio passou como todas as cassações, até hoje, levadas a efeito em nome da preservação das instituições democráticas.

Reiniciados os trabalhos legislativos seria até um contrassenso que a Oposição, a quem o povo confiou e a quem delegou poderes para lembrar aos poderosos desta Nação que o Estado de direito é uma imposição de consciência para a Nação, fique calada.

É importante, para refrescar a idéia desses poderosos, que eles não necessitarão dos homens da Oposição apenas para casar seus mandatos, mas necessitarão não apenas para a solução dos problemas internos, mas até para dar ao mundo exterior, às outras nações, ao menos, uma demonstração de boa vontade para com a oposição.

Diante disso, desejo efetuar a leitura de um artigo de hoje, de O ESTADO DE SÃO PAULO, sob o título MDB VIAJA COM GEISEL?



(Lê): "Rio — Em surdina, como virou moda, o Governo, nas suas áreas específicas, debruça-se em esmiuçar, virando pelo avesso, uma questão intrigante: convidar ou não convidar representantes do MDB para integrar a comitiva do Presidente da República na próxima viagem oficial a Paris e Londres?"

É certo que, no final, a decisão será do Presidente Ernesto Geisel. Mas o tema tem fornecido pretexto para infundáveis especulações, para as abordagens mais maliciosas ou mesmo estapafúrdias.

Se o Governo perseguir uma linha de raciocínio montada no bom senso e na tradição, não haverá qualquer dúvida ou hesitação em convidar dois líderes de Oposição, para compor a comitiva presidencial. Este é o caminho indicado pelo uso e de vantagens políticas tão óbvias, que fica difícil entender a tergiversação embaraçosa da assessoria. É praxe a presença de representantes da Oposição, lado a lado com os do Partido Situacionista, nas delegações ao exterior.

O hábito se enraiza nas justificativas mais evidentes. Para começo de conversa, em política externa não há oposição. Ela é a partidária, deve ser entendida como uma resultante do consenso nacional. E a eventualidade de divergências episódicas reflui para o debate interno, nunca deve ser levada ao exterior. Esta é uma roupa que sempre se lava em casa, por dever elementar de decoro.

Parece claro que a atmosfera de campanha eleitoral estaria influiuindo para adensar prevenções contra o MDB. Quando todo o Governo, a começar pelo Presidente da República, é mobilizado para ajudar a ARENA e saltar o muro da derrota e recuperar parte do terreno perdido na oportunidade vantajosa de uma eleição municipal, o MDB receberia um alento considerável com o anúncio de convite para juntar-se ao Presidente numa viagem ao exterior.

Aí, na simplicidade de uma análise superficial e imediatista, a causa das hesitações oficiais. Mas não é improvável, que o azedamento das relações entre o Presidente Geisel e o MDB tenha fornecido a inspiração e o estímulo para a inovação discriminatória.

Acredita-se, todavia, que ela não prevalecerá. É mesmo provável que o Governo espere a recondução oficial das lideranças do MDB, para formalizar o convite. O peso dos argumentos em favor da presença do MDB na pequena caravana presidencial desequilibra os pratos das dúvidas.

O Presidente Geisel esteve a pique de cancelar a ida a Londres, agastado com a moção de minoria do Partido Trabalhista da Inglaterra, contrária à visita de um presidente de um país sob ditadura militar e acusado de prática de violências contra presos políticos. Nada melhor para ajudar o retoque da imagem do País na Inglaterra, do que a simples presença de parlamentares do Partido da Oposição, integrando a comitiva presidencial.

Não se trata do testemunho da oposição, embora ele pudesse ser invocado em episódios específicos como na recente mudança do Comando do II Exército, determinada por duas mortes, em breve prazo, nos calabouços da segurança.

Seria até a melhor prova da existência de oposição no Brasil, ainda que serçada por restrições impostas por um regime que editou e mantém o AI-5 e que desconversa sempre que dele se cobra o compromisso com a restauração democrática.")

Para finalizar, Sr. Presidente, peço a transcrição de um outro artigo de jornal A FOLHA DE SÃO PAULO, cujo título foi a aula inaugural na Universidade de Belo-Horizonte.

Este é o nosso requerimento, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, o meu mais profundo agradecimento, pelas manifestações de pesar e solidariedade dos Deputados da minha bancada e da bancada situacionista, que ontem, com relação ao falecimento de meu irmão, Miguel Buffara, homenageando-o, le-

vantaram a sessão e, recebi de todos os Srs. Parlamentares, condolências que sensibilizaram-me sobremaneira. Muito obrigado a todos, neste momento difícil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Como homem público, voltado às causas do Paraná, procuro conhecer e acompanhar os problemas de nossa terra, em todos os setores das múltiplas atividades que possam contribuir para o desenvolvimento do Estado e do País.

Como representante do litoral paranaense, o meu empenho em levar melhores condições de habitação e turismo às praias paranaenses, é conhecido.

Sem ser vidente, sem procurar adivinhar o futuro, dentro de uma realidade aceita e proclamada pelos entendidos, investir em turismo é assegurar rendimentos a curto prazo.

E o turismo, no Paraná apresenta vastíssimo campo de exploração no litoral paranaense, de Pontal do Sul a Guaratuba.

Tal reserva, ainda não satisfatoriamente aproveitada, está a correr riscos pelo descaso, pela mania da administração sempre remediar sem procurar evitar.

É exatamente, o que está ocorrendo nas praias do Paraná.

O índice de poluição da orla marítima vem aumentando gradativamente.

Isto verifica-se com clarividência e intensidade na Praia de Matinhos e na Praia Mansa de Caiobá.

As denúncias em tal sentido, são estampadas em jornais merecedores de conceito.

E o que é feito?

Nada ou quase nada.

Enaltecendo o trabalho e a preocupação da Secretaria de Segurança Pública do Estado, em garantir a vida dos banhistas que procuram nossas praias, tenho, contudo, que verberar o descaso de outros organismos.

De que vale resguardar a vida de banhistas menos precavidos, se a poluição das praias os colocam em riscos de contágios de moléstias causadas pela contaminação das águas, por defecções orgânicas, por acúmulo de sujeiras, e outros detritos?

Algo terá que ser feito de imediato, como medida profilática capaz, de garantir tão rendosa reserva, ainda insuficientemente explorada.

A minha preocupação é justa e oportuna.

As nossas autoridades sanitárias precisam assimilar a conscientização de que a orla marítima precisa ser preservada da poluição.

É por isso, que neste momento, quero dirigir veemente apelo ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, para que, em trabalho conjunto com a SANEPAR, efetue um levantamento sério das condições do litoral paranaense, adotando medidas que resultem em benefício do povo que frequenta nossas praias.

O alertamento das precárias condições da nossa orla marítima e dos riscos da poluição em ritmo crescente. Já foi feito e é reafirmado por mim, neste pronunciamento. Algo de positivo deverá ser tentado, e com urgência.

Recuperemos enquanto é tempo as praias do meu Paraná.

Preserve os tão vasta reserva de turismo e de rentabilidade indiscutível.

O desenvolvimento financeiro de nosso Estado está na orla marítima e já se fazem tardias as providências administrativas que redundem em melhor aproveitamento de nossas praias, como fonte de lazer, bem estar e de carreamento de recursos ao erário público.

De momento, no entanto, urge a adoção de medidas sanitária contra a poluição.

Eu quero acreditar e confiar na clarividência de nossas autoridades. Desejo garantir melhores condições de frequência de banhistas no litoral paranaense, sem riscos causados por uma crescente, mas evitável poluição.

Eu peço, eu apelo, eu até imploro.



**SALVEM AS NOSSAS PRAIAS."**

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Lei Federal estabeleceu, há alguns meses, para os funcionários da União, a reciprocidade na contagem de tempo de serviço Público e de atividade na empresa privada, para efeito de aposentadoria.

Medida das mais justas e louváveis, porque não era justo discriminar, na apuração de tempo para aposentadoria, os períodos de trabalho no serviço público ou na atividade empresarial.

Infelizmente, dispositivo dessa Lei que permitia a extensão do mesmo benefício aos funcionários públicos estaduais e municipais, foi vetado pelo Senhor Presidente da República, sob o fundamento de que feriria a autonomia dos Estados e dos Municípios, com o que, aliás, não concordamos, facultando-se a sua utilização ou não pelos entes públicos interessados.

Diversos Estados da Federação, porém, vêm cogitando de mandar computar, ainda que unilateralmente, em favor dos seus servidores, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço prestado sob o regime da Lei de Previdência Social.

A todos se antecipou o Estado do Ceará, com a Lei 9965, de 10 de novembro de 1975, merecendo, por isso, o aplauso incondicional dos servidores públicos estaduais e municipais de todo o Brasil, os quais, inclusive, na cidade de Recife, no dia 25 de janeiro último, prestaram por intermédio do Conselho de Representantes da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, expressiva homenagem ao Governador cearense, autor da iniciativa."

Sr. Presidente, hoje submetemos à apreciação da Casa projeto de lei que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à atividade privada, para efeito de aposentadoria, cujo artigo primeiro farei a leitura:

"Os servidores públicos civis do Estado, ao completarem cinco anos de efetivo exercício, terão direito a computar, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço prestado em atividades vinculadas ao regime da Lei Federal 3807, de 26 de agosto de 1960, e legislação subsequente."

Seguem-se os demais artigos.

Sr. Presidente, temos a certeza de que todos os Deputados, preocupados com a injustiça cometida aos servidores públicos estaduais e municipais quando da promulgação da Lei Federal, por certo compreenderão o atingimento deste projeto que, acima de tudo, procura a equidade de direitos dos funcionários públicos estaduais com os federais.

O SR. PRESIDENTE — Esta encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

A Mesa comunica à Casa, que por convite da Assembléia, comparecerá à nossa Casa no dia 23 do corrente, às 15,00 horas o Ministro José Costa Cavalcanti, Diretor da Itaipu bi-nacional, para fazer uma palestra.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 62/75, de autoria do Deputado José Muggiati Filho, que dispõe sobre o número de Vereadores às Câmaras Municipais e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ., COM SUBSTITUTIVO GERAL, EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, o Substitutivo geral, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado

Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando licença por 60 dias para tratamento de saúde. Em discussão.

O SR. DEL CIEL — Peço a palavra, para discutir.

O AR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para amanhã.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, Líder da Arena, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor as diversas Comissões Permanentes da Casa. Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Osvaldo Macedo, respectivamente Líderes da Arena e MDB, convocando uma reunião de todos os membros deste Poder, para às 10,00 horas do próximo dia 11 de março, a fim de tratar dos subsídios parlamentares.

Não será convocada uma reunião, mas desde já, serão convidados os Srs. Deputados para comparecerem, amanhã às 10,00 horas, em nosso auditório, no andar térreo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Granzotti, pioneiro da comunidade de Santa Izabel do Ivaí.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do doutor Pedro Passos Leoni, ocorrido na cidade da Lapa.— APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Accioly Neto e Jorge Sato, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bernardo Paciornik.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do primeiro aniversário de circulação do jornal "Panorama", propriedade da Editoria Tibagi Ltda., e editado em Londrina.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do Editorial publicado no jornal "Gazeta do Povo" do dia 24 de fevereiro último, sob o título "Tratamento Diverso a Funcionários".— Aprovado. (O Editorial acha-se publicado no final desta ata.)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, para que, em trabalho conjunto com a SANEPAR, efetue um levantamento sério das condições do litoral paranaense, adotando medidas que resultem em benefícios do povo que frequenta nossas praias.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Sr. Diretor do DNER, no sentido de ser construído um viaduto ligando com o trevo de entroncamento na estrada da cidade de Corbélia, onde dá saída a diversas localidades.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de ser estudada a viabilidade de reformulação do critério para cobrança de honorários advocatícios, nas "composições" fisco-contribuinte, que atendendo ao montante do débito, possa ser estabelecido em percentual inferior ao mínimo previsto no Código de Processo Civil.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Dr. Cecílio Rego Almeida, Diretor da Companhia C.R. Almeida SA., pela entrega do trecho de asfalto da BR 323 de Iporã a Francisco Alves. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de ser construído o trevo na BR 277, onde Irati e São João do Triunfo tem acesso comum à cidade de Palmeira. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a transcrição nos anais da Casa, do artigo publicado no jornal "Folha de São Paulo", sob o título "Arinos: confundir liberalismo só serve à oposição". — Aprovado. (O artigo acha-se transcrito no final desta ata.)

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Trajano Bastos, Deni Schwartz e Nilso Sguarezi, devidamente apoiado, lido da tribuna, solicitando a convocação dos Srs. Secretários da Educação e Cultura e dos Recursos Humanos, a fim de prestarem informações sobre o Decreto Lei nº 1495. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitei a palavra para fazer uma comunicação, desincumbindo-me de uma missão que V. Exa. me delegou. Entrei em contato com S. Exas. os Srs. Secretários de Educação e Cultura e Recursos Humanos e S. Exas. designaram a data, de comum acordo com V. Exa., de 22 do corrente mês, às 16,00 horas, para comparecerem a esta Casa, para uma reunião, a nível das duas bancadas, a fim de debaterem e explicarem as consequências da aplicação do Decreto 1495.

Era a informação que me cabia fornecer ao plenário, com anuência de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a sessão de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, sexta - feira, às 10,00 horas da manhã, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — do requerimento de autoria do Deputado Wilson Fortes.

3ª DISCUSSÃO — do projeto de lei nº 62/75.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTOS DE AUTORIA DO SR. DEPUTADO FIDELCINO TOLENTINO, EM SESSÃO DO DIA 10 DE MARÇO DE 1976.

"TRATAMENTO DIVERSO A FUNCIONÁRIOS"  
publicado no jornal "Gazeta do Povo"

"O Governo do Presidente Geisel está dando, no setor do funcionalismo público federal, uma série de exemplos para os governos estaduais.

Ainda, recentemente, editou decreto-Lei através do qual, estabeleceu novos índices salariais para o Judiciário e outros setores importantes da vida institucional brasileira, procurando, assim, compatibilizar os vencimentos e vantagens com a realidade inflacionária existente no país. Enquanto isto se verifica no plano nacional, no Paraná essa circunstância abriu novas pers-

pectivas para um diálogo entre os Poderes Judiciário e Executivo, havendo possibilidade do Sr. Governador sensibilizar-se para o problema da péssima remuneração dada aos Srs. Desembargadores, Juizes e Promotores Públicos, que percebem índices sensivelmente menores de que, por exemplo, o quadro de magistrados de Santa Catarina ou do Mato Grosso. Há muito, aliás, que essa situação tem sido levada para os titulares do Executivo, sem que, todavia, fosse possível encontrar uma solução que pudesse tangenciar essa evidência muito clara, ou seja, da remuneração baixa que o Estado proporciona aos que integram a nobre, responsável e pequena área dos integrantes do Judiciário.

Com o gesto do Presidente Ernesto Geisel, as perspectivas se tornam mais abertas, havendo possibilidade do problema ser contornado pela via do interesse do Sr. Governador em estudar a questão e seguir o exemplo, muito indicativamente pelo Chefe da Nação.

Mas, não se esgota nesse ponto o problema do tratamento que o Governo Federal vem dando aos servidores públicos nacionais. O DASP, que se vem mostrando muito movimentado em relação a esse pessoal, está prometendo a classificação do servidor em 40 dias.

Ora, este ponto se nos parece de muita valia, sabendo-se no Paraná, que há anos não se processa uma reclassificação. Há funcionários, que há lustros, permanecem nas mesmas funções, virtualmente, sem acessos na carreira, apenas, porque um estudo amplo não se processa no setor administrativo dos servidores. Os federais que já foram reclassificados estão, inclusive, recebendo atrasados, ao lado, ainda, do aumento que tiveram recentemente. Isto prova, muito claramente, a evidência de um exemplo que deve e precisa ser seguido nos Estados, no sentido da valorização correta e exata dos servidores públicos no âmbito paranaense.

Na medida em que se tiver um funcionalismo que sinta que seus interesses estão sendo equacionados com a melhor boa vontade, temos a certeza de que a própria máquina administrativa estadual caminhará mais célere e de maneira melhor. Não será, apenas, com simples aumento, sem reclassificação, que se proporcionará justiça por inteiro para uma classe da qual o Estado depende fundamentalmente, para que possa atender aos grandes e relevantes encargos que tem para com o contexto humano do Paraná."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 10 DE MARÇO DE 1976.

"ARINOS: confundir liberalismos só serve para à oposição".

"BELO HORIZONTE — Proferindo, ontem, a aula inaugural da Universidade Federal de Minas Gerais, o ex-chanceler Afonso Arinos de Melo Franco afirmou, em síntese, que o pensamento político liberal ainda é válido e não deve ser confundido com o leberalismo econômico do século passado.

"Não tenhamos medo das palavras, porque isso é o mesmo que ter medo das idéias", disse: "Procuremos interpretá-las em seu autêntico sentido, político e histórico. Começemos por aqueles que geram mais confusão, algumas vezes a serviço de segundas intenções. O que significam liberdade, liberalismo, tradição liberal?"

A confusão propositada que mais serve ao espírito de opressão é aquela que identifica o pensamento político liberal com a prática do leberalismo econômico".

E prosseguiu: "Atinge-se por meio dessas pretensões axiomas, que não passam de sofismas, a conclusões erradas e a mais repetida dessas conclusões pode ser expressa dessa forma — O liberalismo político é uma posição superada na história das idéias porque correspondeu à fase do chamado liberalismo econômico, fase esta incomparável com a estrutura e os fins do Estado moderno. Para a ciência política contemporânea

essa afirmativa é redondamente falsa e incorrem em erro os que a sustentam”.

Mais adiante, Affonso Arinos diz que poderia afirmar que o liberalismo político é uma constante do pensamento Político decorrente de fatores vários, específicos — estes sim — da cultura cristã e não está preso à prática do liberalismo econômico, reinante em menos de um século da história do Ocidente e que, de resto, nunca foi praticado nos termos da sua formulação teórica.

**HUMANISMO POLÍTICO** — “O liberalismo é hoje, mais do que nunca — prosseguiu o ex-chanceler — a expressão do humanismo político. Em síntese, o liberalismo e o processo de identificar racionalmente os elementos necessários as limitações da liberdade, ele não é mais visto como afirmação máxima das liberdades dos homens em oposição ao poder do Estado. Esta etapa do liberalismo político, que resultou no individualismo jurídico, correspondeu, ela sim, ao curto reinado do liberalismo econômico e significou o esmagamento das classes trabalhadoras pela máquina imperiosa da acumulação primitiva do capital.

Analisando, a seguir, a mudança registrada no pensamento marxista europeu, Arinos, depois de citar a importância de Gramsci nesse sentido, diz que “os ortodoxos leninistas são, hoje, na Europa cristã, peças de museus arqueológicos”.

Sobre as consequências dessa mudança para o Terceiro Mundo, mas especificamente o Brasil, afirmou: “O Brasil, como país de outro tipo de desenvolvimento, inclusive no terreno das idéias políticas, deve proceder à sua própria análise da conjuntura mundial nesse encerramento do ciclo ideológico da ditadura de classe.”

“Para mim, democrata e católico, a perspectiva que parece se abrir às nossas melhores esperanças é a da aproximação, que já se anuncia e deve se acentuar, entre a Igreja de Roma, defensora das liberdades dos homens, e o progresso da igualdade entre eles. Os indícios de tal aproximação tornam-se cada vez mais patentes. Apesar das resistências oferecidas pelos radicalismos da direita e da esquerda, os primeiros sufocando a liberdade em nome de um conceito errôneo de ordem e os segundos esmagando-a pelo mito de um progresso enquadrado pela força.

E concluiu o professor Afonso Arinos: “O fato é que nunca mais será possível erradicar da consciência coletiva de povos como o brasileiro, de povos como o brasileiro, econômica e socialmente em desenvolvimento, mas plenamente desenvolvidos quando à herança cultural cristã, a segurança instintiva de que o desenvolvimento econômico e o progresso social só se justificam historicamente com base e garantia dos direitos humanos. Sem eles, ordem é tirania e desenvolvimento, privilégio.”